

POPULISMO: REPERCUSSÕES DE UM DEBATE TEÓRICO

DANIEL REI CORONATO*

LETÍCIA FRANÇA GUARIGLIA**

NATHASHA SILVA MELO***

RESUMO

Este artigo busca compreender o debate teórico que envolve o populismo como conceito histórico-político, bem de sua manifestação na América Latina, tendo como hipótese que o populismo passou a ser encarado como um fenômeno de viés negativo. Atualmente, o ressurgimento de práticas populistas tem aquecido o debate acadêmico que permeia o assunto, o que suscita a importância de se revisitar os conceitos e dilemas existentes. Por isso, objetivou-se analisar as definições de populismo e as diferentes correntes intelectuais que o sondam, e compreender a contribuição do pensamento latino-americano para o tema. Utilizou-se da pesquisa bibliográfica qualitativa para abordar o assunto e concluiu-se que a hipótese não pode ser corroborada, vez que a literatura não entende o populismo como fenômeno de caráter essencialmente negativo. Assim, o populismo – longe de gerar consensos – corresponderia a uma forma política maleável, cujas nuances se fortaleceriam a depender do local e tempo estudado.

PALAVRAS-CHAVE

Populismo. Política. América Latina.

* Professor da Universidade Católica de Santos e doutor em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (2017).

** Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Santos (2019).

*** Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Santos (2019).

INTRODUÇÃO

O populismo é um fenômeno histórico-político complexo. Se deve, de maneira notável, à própria dificuldade de classificá-lo com base nos termos comuns usados para definir política: esquerda e direita; socialista e capitalista. Sua forte presença na América Latina em variados momentos dos séculos XX e XXI trouxe novamente grande interesse à questão. Assim, para compreender o ressurgimento

das novas expressões populistas, torna-se imperativo voltar-se ao cerne da questão, revisitando as definições e conceitos de populismo.

Assim, o objetivo será analisar o conceito de populismo na América Latina. Isso se deve ao entendimento de que a região contou, ao longo das últimas décadas, com diversas ondas populistas, nas quais diversos países apresentariam o fenômeno de forma mais ou menos destilada. Por isso, dedica-se a estudar as diversas definições de populismo, abordando as diferentes correntes intelectuais que pensaram o tema, bem como suas contribuições para a compreensão do fenômeno. São pontuadas, assim, tanto similaridades quanto divergências. Para tal, utilizou-se de uma pesquisa qualitativa bibliográfica, baseada em livros e artigos sobre o assunto.

1. POPULISMOS

Um dos principais consensos sobre o que é o populismo recai no entendimento de que este ‘separa’ a sociedade em dois polos rivais (o povo e a elite), mesmo que apenas no plano do discurso. Em contrapartida, a maior divergência entre os autores reside na classificação que atribuem ao fenômeno, pois há quem o tome por estilo político, estratégia, processo histórico ou até ideologia. Discute-se ainda a relação do populismo com outras manifestações políticas, também explorando o populismo latino-americano, através da perspectiva daqueles que o percebem como uma etapa no desenvolvimento tardio das sociedades.

Assim, na primeira seção, é abordado o conceito de populismo e suas limitações. Na segunda, o populismo é discutido com relação à sua suposta dependência de outros fenômenos políticos, entre eles o socialismo, fascismo, internacionalismo, neoliberalismo e progressismo. Além disso, ali se analisa a conexão do populismo com a democracia. Por fim, a terceira seção é dedicada a uma discussão sobre a ‘onda populista’ que ocorreu na América Latina em meados do século XX.

1.1 Conceitualização do populismo

No mundo acadêmico, não faltam tentativas de se definir o que é ‘populismo’. Essas tentativas ajudam na exploração e compreensão do fenômeno e, no entanto, reforçam a falta de consenso sobre o assunto. Nos próximos parágrafos, reuniram-se definições e problematizações acerca dessa questão, além de tratar dos elementos fundamentais que caracterizam o populismo.

No cotidiano da política, o termo “populista” possui uma conotação negativa. A expressão é normalmente usada para deslegitimar medidas e declarações de políticos ou partidos dos quais não se gosta, assim como os termos “extremista” ou “radical”, que raramente são assumidos pelos atores políticos, mas são usados à vontade para insultar um oponente e invalidar suas posições. (ALBERTAZZI, MCDONNELL, 2008, p. 3)

Um dos elementos fundamentais, considerado necessário para reconhecer a prática populista, seria a retórica política que apela ao “povo”, um conjunto de cidadãos que possuíam valores iguais entre si. O ‘povo’ consistiria em uma unidade virtuosa e homogênea cujas discrepâncias entre si seriam ‘falsas’ e teriam sido inventadas por uma elite política e intelectual, com o objetivo de dividir essa sociedade e enfraquecê-la. No entanto, o povo teria força para superar essas ‘falsas diferenças’, uma vez que a identidade e natureza comum seriam mais fortes do que a narrativa da pluralidade. (ALBERTAZZI, MCDONNELL, 2008, p. 6)

Sendo assim, encontrar-se-ia o populismo nas “(...)fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado social homogêneo” e principalmente “como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes”. (INCISA, 1998, p. 980)

Isso porque o povo seria percebido – ainda que, em diversos casos, apenas no plano do discurso – como o detentor absoluto da soberania, em contraste com uma elite que é acusada de exclusão desse mesmo povo e da decadência do sistema político como um todo. Por esse motivo, o populista teria um caráter *anti-establishment*, de defesa do ‘povo’ frente à ameaça imposta pelas elites política e intelectual. (ANSELMINI, 2018, p. 8)

Esse caráter *anti-establishment*, segundo Barr (2009, p. 31), teria a ver com a retórica, usada principalmente por candidatos populistas – mas não somente por eles –, de oposição à(s) elite(s) até então estabelecida(s) nos níveis doméstico e internacional, assim como dominantes na política e/ou econômica. O termo poderia ser usado como sinônimo de ‘anti-política’ ou ‘anti-partidos políticos’. Para Schedler (1996, p. 291), os discursos *anti-establishment* seriam recheados de acusações aos partidos tradicionais, supostamente responsáveis pela formação de um cartel no qual ninguém mais poderia entrar. Essa forte retórica ainda retrataria os ditos ‘políticos profissionais’ como uma classe oligopolizada, quase homogênea e incompetente, que condicionariam suas ações em torno da busca e manutenção do poder.

Os discursos *anti-establishment* possuiriam um forte apelo, principalmente em sociedades marcadas pela insatisfação popular. Além disso, a narrativa que clama pela soberania popular e pela união da sociedade acima das ‘falsas diferenças’ (muitas vezes acusadas de terem sido criadas justamente por esse *establishment*), poderia ser capaz de mobilizar uma sociedade contra as elites políticas ou econômicas, em nome do ‘povo’.

É importante mencionar que a forte referência ao ‘povo’ se manifestaria de diversas formas. O ‘povo’ invocado pelo populista poderia ser tanto a população do campo, em sociedades rurais, como a massa de trabalhadores, em países cujo nível de industrialização é mais alto. (INCISA, 1998, p. 981) Portanto, o imutável no conceito de povo seria não de quem o povo consiste, mas o que o povo representaria: valores e tradições homogêneas que se encontrariam “ameaçadas” pelas elites.

Apesar do discurso inclusivo, o populista trabalharia com ferramentas de exclusão: se o líder está ali para representar o povo, então quem está contra ele não faria parte dessa massa, convertendo-os em um “não-povo”. Por isso, o povo consistiria em todos aqueles que estão perto do líder. Quem não estivesse seria relegado ao *status* de “não-povo”, muitas vezes visto como defensores da elite corrupta. (FREIDENBERG, 2012, p. 16)

Segundo Kaltwasser e Mudde (2017, p. 9), vários acadêmicos defenderiam que o conceito de povo seria ‘inútil’ como ferramenta de análise, por ser essencialmente uma construção feita pelo populista para massificar seu eleitorado. No entanto, Laclau (2005) diz que seria justamente pelo fato de o termo ser um “significante vazio” que ele possuiria tanta força, sendo capaz de moldar a heterogeneidade da sociedade e criar uma identidade comum – prometendo atender as diferentes demandas sociais, ou então deslegitimando-as, no sentido de alegar que elas nunca existiram e são apenas construções das elites. (LACLAU, 2005, p. 98)

Kaltwasser e Mudde (2013, p. 151) também definem o populismo como um fenômeno através do qual a sociedade é separada em dois polos, o “povo virtuoso” e a “elite corrupta”. A ideologia reflete sobre o pensamento de que a política serviria como realização da vontade geral da nação (*general will*). Deve-se levar em conta que essa vontade geral seria também uma

construção que permitiria que os líderes políticos perpetuassem a noção do “nós contra eles”. Os que não compartilhassem da vontade “geral”, ao povo não pertenceriam.

Muitos autores tentam definir o populismo de uma maneira abrangente, na tentativa de achar uma única definição que possa explicar todos os movimentos populistas. Para isso, Kaltwasser e Mudde (2017) consideram o populismo como uma *thin-centered ideology* (em tradução nossa, uma ideologia vazia), que consistiria em uma manifestação política que precisaria estar sempre associada a ideologias mais estruturadas ou mais ‘fortes’.

Isso significa que o discurso do “povo contra a elite, em nome da vontade geral” estaria sempre acompanhado de alguma outra agenda, seja de caráter socialista, fascista ou liberal, que seriam consideradas as *thick-centered ideologies* (ideologias inteiras, em tradução nossa). Para os autores, o populismo não seria capaz de dar respostas úteis aos problemas que assolam as sociedades modernas e, por isso, possuiria “recheios” diferentes que dependem do político ou partido que possui práticas populistas. (KALTWASSER, MUDDE, 2017, p. 6-7)

No entanto, esse ponto de vista aparenta colocar o populismo mais próximo de uma estratégia ou estilo político, que necessariamente de uma ideologia. Pode-se assim, aos poucos, começar a entender o quão divergente pode ser a literatura. Em um ímpeto similar, Freidenberg (2007) propôs uma outra abordagem, também visando uniformizar a definição de populismo, mas dessa vez o fenômeno seria caracterizado como um estilo de liderança.

O estilo político populista estaria centrado em um ator que se aproxima do eleitorado de maneira pessoal e direta, sem mediações, prometendo defender um agregado do qual ele mesmo faz parte. Para a autora, o populista não respeitaria normas pré-estabelecidas, tendendo ao pragmatismo e ecletismo: “*define a agenda e segue adiante*”, ainda que isso signifique desrespeitar os meios institucionais de intermediação e até mesmo desprezar a existência dos mesmos, julgando-os burocracia desnecessária imposta pelas elites pré-existentes. (FREIDENBERG, 2012, p. 16)

Incisa (1998, p. 982) alega ainda que, na narrativa populista, “o não-povo pode ser internamente representado, não só por uma elite cosmopolita ou imperialista (como nos países ex-coloniais)”, como também por uma elite plutocrática ou até mesmo por setores das próprias massas populares. Nesse sentido, no plano do discurso, Incisa (1998) acredita que o populismo não conseguiria dialogar com a luta de classes, já que o mesmo não reconheceria a existência de diferentes classes: haveria apenas o povo e o não-povo.

Por isso, movimentos sociais internos seriam muitas vezes considerados ilegítimos, ou até mesmo ameaças. Assim, seria por conta dessa noção de “não-povo” ou “inimigos do povo”, que tudo que não se curva à vontade geral do povo homogêneo se configuraria como corrupto e imoral, o que fortaleceria o discurso:

Os populistas entretêm a ideia de comunidades que perderam o que elas um dia possuíram, e irão perder tudo caso elas não achem a sua voz imediatamente e façam-se ouvidas – em vez de continuar sendo uma silenciosa e oprimida maioria. (ALBERTAZZI, MCDONNELL, 2008, p. 5)
(Tradução nossa)¹

Assim, o fenômeno teria um forte apelo emocional, refletido no carisma do líder e na virtude do povo, uma vez que invocaria sentimentos de amizade (união entre aqueles que comprariam as ideias do populista) e inimizade (exclusão daqueles percebidos como defensores da elite) entre os indivíduos da própria sociedade, bem como ao restaurar ideias de uma soberania popular redentora, que traria a salvação para os diversos problemas sociais, políticos e econômicos daquela sociedade.

Assim, o discurso populista repercute porque redireciona sentimentos de necessidade e vergonha para a acusação de outros – tipicamente as elites, mas também bodes expiatórios como os imigrantes, refugiados e grupos economicamente fracos como os desalentados – e os retrata como se eles estivessem tirando vantagem dos outros [...] e gostando disso. (SKONIECZNY, 2018, p. 63) (Tradução nossa)²

No entanto, Laclau (2005, p. 17-18) critica a ideia, amplamente defendida pelos intelectuais do populismo, de que se estaria a lidar com um fenômeno vago, impreciso e motivado apenas pela irracionalidade e emoção. Para o autor, é justamente essa descrição inicial que impossibilita uma definição mais objetiva, pois tratar o populismo dessa forma implicaria insinuar que a política já estabelecida nas instituições, à qual o populismo se contrapõe, seria a única que possuiria lógica. Por isso, o populismo teria uma lógica em si mesmo, ou então não existiria.

É através desse argumento que o autor aprofundaria sua visão sobre o populismo. Ao negar que a imprecisão do fenômeno seria necessariamente algo irracional, e que se oporia a uma lógica consistente das instituições já estabelecidas, o autor se distancia de juízos de valor, não caracterizando a imprecisão inerente do fenômeno como algo bom ou ruim, já que a mesma seria apenas um reflexo do momento social no qual o populismo tenderia a surgir.

Entre os teóricos do populismo, o fenômeno é também muitas vezes tratado como um momento de transição da sociedade, no qual os atores seriam imaturos e despreparados para lidar com uma nova realidade, e por isso apelariam para um discurso de valores tradicionais que algumas, ou diversas, camadas da sociedade ainda compartilhariam. No entanto, esse momento possuiria caráter meramente transicional, esperando-se que fosse superado após a sociedade e seus atores políticos incorporassem as novas realidades. (HENNESSY, p. 35, 1969; WORSLEY, p. 247, 1969)

No entanto, Laclau (2005, p. 18) questiona se essa seria realmente a natureza do populismo, ou se o populismo não se classificaria como uma dimensão constante da política, que surgiria como forma de complicar e/ou questionar as chamadas ‘ideologias mais maduras’, ou como foi visto anteriormente, as ideologias inteiras (*thick-centred ideologies*) de Kaltwasser e Mudde. Para o autor, a imprecisão e as noções dicotômicas entre bem e mal, velho e novo, etc., que permeiam os discursos políticos seriam bases da construção do pensamento político.

Como podemos ver, existe nessas dicotomias, assim como naquelas que constituem qualquer fronteira político-ideológica, uma simplificação do espaço político (todas as singularidades tendem a se agrupar em volta de um ou outro polo da dicotomia), e os termos que designam ambos os polos tem que necessariamente ser imprecisos (do contrário eles não poderiam abranger todas as particularidades que eles deveriam reagrupar). Se assim o é, no entanto, não seria essa lógica de simplificação, e de tornar alguns termos imprecisos, a própria condição da ação política? (LACLAU, 2005, p. 18) (Tradução nossa)³

Por isso, a imprecisão não seria exclusiva do populismo, já que seria possível observá-la em outras manifestações políticas. No entanto, o populismo tenderia a exacerbar essa imprecisão e não poderia se dissociar da mesma, já que seus discursos se construiriam a partir da homogeneização das massas em um único ‘povo’ que, por sua vez, seria intimado a se revoltar contra as ‘elites’. Ou seja, o populismo dependeria do exagero dessas noções dicotômicas, e a imprecisão permitiria fortalecê-las.

Então, para o autor, somente em um mundo no qual a política fosse totalmente substituída por uma administração imparcial e absoluta, seria possível superar discursos construídos com base em noções dicotômicas e, conseqüentemente, imprecisas. Anselmi (2018) defende que as considerações de Laclau teriam sido responsáveis por criar um entendimento do populismo que não mais taxaria o fenômeno como algo positivo ou negativo, já que essa definição abrangeria tanto as formas populistas de esquerda e de direita, quanto progressiva e reacionária. (ANSELMÍ, 2018, p. 31-34)

Canovan (1981) antecedeu Laclau (2005) no que diz respeito ao espectro político do populismo: para a autora, tentar rotulá-lo como um fenômeno de direita ou de esquerda também seria uma ‘causa perdida’. A autora defende, no entanto, que entender o populismo como um fenômeno de imprecisão ideológica (como seria o caso do governo Perón na Argentina) também seria arriscado, pois ainda que vários casos sejam assim, há outros (como o movimento *Narodnichestvo*⁴ na Rússia) que possuiriam comprometimentos ideológicos de diversos tipos. (CANOVAN, 1981, p. 290)

Ainda que os modelos de populismo sejam dos mais variados, Canovan (1981) entende que haveriam dois elementos presentes em qualquer fenômeno populista: o apelo ao povo – que a autora considera um conceito complexo, já que o ‘povo’ poderia se referir aos mais variados grupos de pessoas, como os camponeses, os trabalhadores urbanos, o eleitorado, etc. – e o antielitismo, que recairia na desconfiança dos chamados políticos profissionais e em uma indisposição para com as estruturas constitucionais estabelecidas. (CANOVAN, 1981, p. 295-296)

Diferentemente dos teóricos mais recentes, que foram vistos no início desta sessão, Canovan não defende que seria possível encaixar todos os tipos de populismo em uma única definição. Para a autora, isso não significaria que o conceito de populismo não existe, mas sim que as manifestações do mesmo não seriam exatamente comparáveis entre si, por dependerem da estrutura na qual surgem. (CANOVAN, 1981, p. 296)

Nesse caso, a oposição a uma estrutura dependeria da construção sociopolítica da mesma, gerando características particulares àquela manifestação populista. Por isso: “Às vezes se questiona se o populismo é caracteristicamente uma ideologia ou um movimento. À luz da nossa evidência, a resposta é que isso depende do tipo de populismo que estamos falando”. (CANOVAN, 1981, p. 298) (Tradução nossa)⁵

1.2 As faces do populismo

Nesta seção, discute-se brevemente o populismo e sua relação com outras ideologias políticas, mais precisamente o socialismo, fascismo, internacionalismo, neoliberalismo e progressismo. Como notou-se na primeira seção, diversos atores defendem que o populismo seria uma manifestação ‘frágil’ que muitas vezes precisaria de um outro alinhamento ideológico para se estruturar. Por isso, esta parte dedica-se a uma análise detalhada, concluindo com uma discussão sobre a relação do populismo com a própria democracia.

Usando o método Kaltwasser-Mudde da ideologia vazia-inteira que se discutiu anteriormente, seria como se o populismo (ideologia vazia) precisasse de uma ideologia inteira, ou seja, de outras manifestações políticas, para se apresentar. No entanto, Incisa (1998) defende que o populismo seria incompatível com certos tipos de socialismo, por exemplo, e seria nesses casos muito mais uma ideologia concorrente que uma ideologia subordinada.

Isso porque socialismo nem sempre poderia fazer o papel de ideologia inteira para “preencher” a ideologia populista, já que o populismo essencialmente nega a divisão da sociedade

em classes e grupos distintos, o que compõe a base do pensamento socialista. Nesse caso, regimes socialistas como o de Stálin na União Soviética, ou de Castro em Cuba, teriam moldado seus populismos de maneiras que fogem ao modelo teórico do que é populismo. (INCISA, 1998, p. 982)

Se se pode falar de populismo, referindo-o a certos sistemas políticos definidos como socialistas (stalinismo, castrismo, etc), é porque eles assimilaram e fizeram própria na prática a temática populista, afastando-se, na medida correspondente, da própria linha teórica. (INCISA, 1998, p. 982)

Outro argumento é que o caráter do populismo não seria revolucionário e nem proporia uma abolição do regime vigente: alegaria apenas que o atual sistema político estaria contaminado por uma elite corrupta que exclui o povo soberano (a “maioria esmagadora”) do poder e, por isso, se pretenderia colocar o líder populista – que não só representaria como também comporia esse povo – no comando.

Para Wiles (1969, p. 170), o populismo só discordaria das desigualdades que se alega que o sistema político vigente criou. As outras desigualdades, mais enraizadas, não seriam vistas como problema e não se pretenderia contorná-las.

O populismo opõe as desigualdades sociais e econômicas produzidas pelas instituições as quais o mesmo não aprova. Mas ele aceita as desigualdades tradicionais, devido ao estilo de vida de seu eleitorado. Igualdade completa entre camponeses não é um dos seus objetivos. No entanto, intelectuais populistas são frequentemente motivados pela simpatia pelos mais pobres, como os *Naródniki* [...]. (WILES, 1969, p. 170) (Tradução nossa)⁶

Então, apesar da dicotomia entre a classe burguesa e a massa dos trabalhadores ser similar à do discurso populista (o povo versus a elite política atual), o discurso populista tal como é descrito na teoria, não seria compatível com uma proposta socialista.

Por sua vez, Wiles (1969) defende que o populismo estaria muito mais próximo do fascismo que do socialismo. Para o autor, o fato que o líder populista possuiria uma ideologia fraca resultaria em uma enorme dificuldade de sair do discurso e ir para a prática, o que o encaminharia à ação totalitária. Um exemplo é a Guarda de Ferro da Romênia, que começou como um movimento populista e logo se transformou em fascista, revoltando-se contra os judeus locais. (WILES, 1969, p. 176)

Porque o conceito de nação e povo soberano – que são essenciais para identificar o discurso populista – não dialogariam com uma cooperação entre diferentes povos, ou a uniões desses, o populismo seria também inconciliável com o internacionalismo. Uma tentativa de fazer tal associação quebraria a narrativa identitária do ‘povo’ contra o ‘não-povo’, ou seja, do ‘eu’ contra o ‘outro’. Segundo Incisa (1998, p. 982), “o ‘não-povo’ é tudo o que é extrínseco a um povo histórica, territorial e qualitativamente determinado. Populismo e internacionalismo são incompatíveis”.

No entanto, o conceito de internacionalismo abrangeria todo um leque de movimentos que advogam a cooperação entre nações em prol de benefício mútuo, sejam esses econômicos ou sociais. O termo seria marcado pela “preponderância atribuída à comunidade de interesses das nações, à solidariedade política e econômica de todos os povos e ao seu desejo de cooperação mútua, sobre os interesses e móveis nacional-estaduais”. (AGOSTI, 1998, p. 642-643) Dessa forma, existiriam diversas formas de internacionalismo, entre elas as ideias que adotariam uma visão mais cosmopolita de união dos povos em uma única sociedade

civil, mas também as que defenderiam a liberalização do comércio e a criação de normas e instituições supranacionais.

Na América Latina, por exemplo, os esforços de integração nos séculos XX e XXI possuiriam um caráter singular, que diferente do internacionalismo cosmopolita, objetivariam um reforço da soberania nacional, defendendo uma interdependência que se associasse nos princípios da não-intervenção, autodeterminação dos povos e resolução pacífica de conflitos. (SERBIN, 2011, p. 170) Por isso, o ‘internacionalismo latino-americano’ não defenderia uma única sociedade civil – inconciliável com o discurso populista – mas sim regras de convivência mútua que ajudariam a reforçar a soberania dos Estados da região.

Um exemplo prático seria Néstor Kirchner na Argentina e Hugo Chávez na Venezuela, líderes considerados populistas por algumas literaturas. Os dois atores ativamente participaram de ímpetos de integração regional, como a ALBA, a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América, que foi “concebida basicamente para contrariar a hegemonia dos Estados Unidos e como projeto antagônico à ALCA” (SERBIN, 2011, p. 155), e a Área de Livre Comércio das Américas, proposta pelo então presidente estadunidense, Bill Clinton.

Resumidamente, enquanto que no âmbito sul-americano em geral persiste uma visão positiva de um papel equilibrado entre as funções do Estado e do mercado, com uma maior presença e capacidade de atuação do primeiro, principalmente em relação às demandas sociais, sem questionar a dinâmica capitalista global; no caso da ALBA, o Estado possui um papel protagonista, vetor tanto do mercado como da sociedade, em função de um desenvolvimento interno fortemente crítico da globalização, entendida como neoliberal, e de uma reivindicação do socialismo. (SERBIN, 2010, p. 447) (Tradução nossa)⁷

Assim, a iniciativa da ALBA, como a do Mercosul e Unasul, não advogaria um internacionalismo no qual todas as sociedades deveriam se unir em prol de valores únicos compartilhados por todos os membros do globo. Na verdade, a proposta de Hugo Chávez se preocuparia com o fortalecimento da soberania estatal – o “retorno ao protagonismo do Estado” – através da subjugação do mercado e, para isso, uma rede de nações que possuíam esse mesmo interesse foi estabelecida. (SERBIN, 2011, p. 138)

Também se pode citar o presidente argentino Perón, um dos grandes expoentes do populismo no século XX, cujo ímpeto de integração regional o levou à proposta de refundação do Pacto ABC⁸. Em uma tentativa de fortalecer a Argentina frente à bipolaridade da Guerra Fria, Perón propõe uma união entre Argentina, Brasil e Chile, pois acreditava que “no futuro, ou formaremos aquela unidade econômica, a qual, separados, não podemos alcançar, ou nos tornaremos instrumentos de paixões imperialistas de um dos dois grupos”⁹.

Ainda que, após uma série de desencontros diplomáticos, a refundação do Pacto ABC não tenha se concretizado, a proposta de Perón estaria ligada a uma união entre as nações como forma de fortalecimento de suas respectivas soberanias, frente à hegemonia dos Estados Unidos e da União Soviética. (BANDEIRA, 2014, p. 153) Assim, Perón não pregaria uma união absoluta entre povos em uma única sociedade civil, mesmo que propusesse uma maior integração regional entre os três países.

Por isso, entende-se que alguns tipos de internacionalismo podem dialogar com práticas populistas, uma vez que este não necessariamente nega a dicotomia entre povo e não-povo. Como observou-se, certos tipos podem na verdade nutrir uma ideia de fortalecimento do Estado nacional e, nesses casos, não promoveriam a união universalista entre povos, o que de fato seria insociável ao conceito de populismo tal como é compreendido hoje.

Considere ainda a relação do populismo com o neoliberalismo. Na América Latina, a ascensão de líderes de esquerda ao poder durante as décadas de 1990 e 2000 ficou conhecida como a ‘Onda Rosa’. Vários desses líderes, exibindo práticas interpretadas por parte de analistas e pesquisadores como populistas, ficaram conhecidos por esses como ‘neopopulistas’. Essa designação tinha o intuito de diferenciá-los dos expoentes do fenômeno que se manifestou na região em meados do século XX, mas que foi influenciado por contextos históricos, econômicos e sociais distintos. (NERVO, 2014, p. 197-198)

Carneiro (2009, p. 33) afirma que o termo ‘neopopulismo’ estaria relacionado aos fenômenos populistas latino-americanos pós-Consenso de Washington, marcados por uma revolta ante a agenda neoliberal promovida pelos Estados Unidos na região. A autora defende que o neopopulismo seria definido em dois elementos centrais: uma liderança personalista e um público mais ou menos organizado de seguidores; e que o populismo seria compatível com o neoliberalismo.

Kaltwasser e Mudde (2017, p. 29-30) também compartilham da mesma opinião, mas classificam o momento populista neoliberal como uma “segunda onda” do populismo latino-americano, já que a primeira seria composta pelos líderes de meados do século XX que investiram em políticas que procuravam fugir da bipolaridade ideológica da Guerra Fria, como Perón e sua Terceira Via. Essa segunda onda, portanto, seria composta por líderes que buscaram implementar a agenda neoliberal de Washington, como Menem na Argentina, Collor no Brasil e Fujimori no Peru.

Somente na terceira onda, descrita pelos autores, entrariam os líderes populistas que se voltaram contra o Consenso de Washington e contra a hegemonia norte-americana em seus países. O primeiro e maior expoente da terceira onda seria Hugo Chávez. Morales na Bolívia, Correa no Equador e Ortega na Nicarágua também seriam os populistas desse momento. Ainda que esses atores tenham sido anti-imperialistas e americanistas em seus discursos, Kaltwasser e Mudde entendem que eles diferem da primeira onda ao terem claras propensões a ideias socialistas. (KALTWASSER, MUDDE, 2017, p. 31)

Do ponto de vista econômico e político, os partidos da “guinada à esquerda” surgiram e se organizaram no fim dos anos 1980 e 1990, como uma reação política às dificuldades sociais criadas pelas políticas neoliberais implementadas naqueles anos pelos governos conservadores. Privatizações, crises econômicas e cortes drásticos no Estado de bem-estar social foram todos fatores que contribuíram para a reorganização das forças sociais, as quais compartilhavam do objetivo político de impor uma alternativa ao liberalismo. (ANSELMÍ, 2018, p. 61) (Tradução nossa)¹⁰

Esses partidos que se opunham ao liberalismo teriam apresentado propostas progressistas de combate à desigualdade socioeconômica, com discursos de inclusão dos mais pobres (o ‘povo’) e renovação do Estado de bem-estar social. Se voltaram, por sua vez, contra a ‘elite estabelecida’, tida como corrupta e neoliberal. Portanto, no âmbito acadêmico, a associação do populismo com o progressismo seria não somente possível, mas até mesmo caracterizaria a fase mais recente do populismo na América Latina (ANSELMÍ, 2018, p. 60-64; NERVO, 2014, p. 215; KALTWASSER, MUDDE, 2017, p. 31-32)

Quanto à relação do populismo com a democracia, Canovan (1999, p. 9-13) argumenta que seria possível dividir a democracia em duas faces: uma face redentora e outra pragmática. A primeira incorporaria as ideias e valores que veriam a democracia como uma forma de atingir a “salvação” do homem, ou seja, seria a crença na capacidade do povo em transformar sua sociedade para melhor através da ação política. A face pragmática envolveria uma visão mais

racional, que veria a democracia como o sistema utilizado para manter a ordem social e evitar conflitos. Esta segunda face estaria diretamente ligada às instituições e ao Estado de Direito.

Para a autora, a coexistência e tensão entre essas duas faces propulsionaria manifestações populistas. “Quando um espaço muito grande abre entre a democracia sagrada e o trabalho sujo da política, populistas tendem a ocupar esse espaço vazio (...)” (CANOVAN, 1999, p. 11) (tradução nossa)¹¹, com uma proposta de “revitalizar” a democracia, clamando pela recuperação da face redentora através da expulsão da ‘sujeira’ (a elite política e/ou a burocracia institucional) então contida na face pragmática.

Enquanto nas democracias houvesse essa divergência entre ‘promessa’ e ‘performance’, não haveria fim para o populismo. Porém, isso não significa que seria possível chegar a um momento de perfeita aliança entre os dois elementos, já que as faces redentora e pragmática da democracia seriam opostas e, no entanto, interdependentes. Por isso, Canovan (1999) considera o populismo a “sombra da democracia”, uma vez que ele explora o espaço causado pela tensão entre as duas faces, mas não tem capacidade de uni-las. Se eleito, o populista revelaria sua incapacidade de cumprir com as suas promessas, posto que sua alusão puramente redentora entraria em choque com a característica pragmática, indissociável, da democracia. (CANOVAN, 1999, p. 14)

1.3 O populismo na América Latina

É comum que se divida a aparição do populismo na América Latina em dois momentos. Um deles – brevemente discutido na seção anterior – seria o neopopulismo, presente na região a partir dos anos 1980. O outro seria o populismo clássico, que será visto em detalhe adiante. Tendo em seu arcabouço as manifestações de meados do século XX, o populismo clássico se destaca pelo seu viés histórico-sociológico, marcado pela forte presença de autores da região que ressaltam o papel daquele populismo na modernização das sociedades e na integração política das massas.

Por isso, ainda que o foco desta seção não seja discutir novamente os diferentes conceitos de populismo, ao analisar um de seus nichos (aquele dos autores que compreendem o fenômeno como um processo histórico), observa-se o quanto as definições e conceitos divergem, muitas vezes não dialogando entre si. Afinal, se o populismo é uma dimensão constante da democracia (CANOVAN [1981] e LACLAU [2005]) ou uma etapa particular do desenvolvimento das sociedades (GERMANI, DI TELLA e IANNI [1973]), isso implica em abordagens diferentes que, embora enriqueçam o debate, clamam por uma decisão.

Para Baquero (2010, p. 182), por exemplo, um dos temas mais polêmicos para a ciência política latino-americana é o populismo como conceito teórico, justamente pela falta de consenso que permeia o assunto, particularmente em relação ao fenômeno na região. Para o autor, durante as décadas de 1930 e 1950, a América Latina passou por uma grande mudança com relação às orientações políticas vigentes nos governos dessa época. Essa reorientação teria feito surgir uma nova “modalidade” de governo, o populismo.

O populismo começou como movimento popular e, ao mesmo tempo, manteve contradições internas e vícios políticos tradicionais. Os mecanismos empregados pelos líderes desses movimentos para conseguir o poder foram quase os mesmos utilizados para mantê-los nessa posição. Mobilizam os eleitores das camadas populares para desequilibrar “legalmente” as eleições, organizam passeatas em massa contra os seus oponentes. Fazem uso extensivo do clientelismo para recompensar seus seguidores e utilizam os recursos do Estado para promover o

desenvolvimento econômico e estabelecer mediações entre empresários e empregados. (BAQUERO, 2010, p. 185)

Esse movimento político seria então composto por uma elite com motivações anti-*status quo*, uma massa mobilizada que objetivava a ascensão social, e uma ideologia ou um ideal extremamente difundido, que favoreceria a comunicação entre líderes e seguidores e criaria um entusiasmo coletivo em direção à subversão do *status quo* estabelecido. (DI TELLA, 1973, p. 47)

No entanto, diferentemente dos autores abordados até agora, o sociólogo argentino Gino Germani (1973) teria entendido o populismo através de uma perspectiva histórico-sociológica, considerando-o um processo político de transição das sociedades latino-americanas tradicionais para sociedades modernas. O populismo não seria, portanto, encarado como um estilo, estratégia ou forma de se governar que permearia qualquer dimensão da política, mas estaria diretamente relacionado com um momento específico de transição tardia das sociedades na América Latina, caracterizado pela mudança do modo de produção agrário para o industrial. Essa visão foi nomeada de ‘teoria da modernização’.

Germani (1973, p. 22-23) reforçaria ainda que o elemento de transição tardia dessas sociedades teria três características observáveis: as diferenças culturais e estruturais com relação aos países da Europa ocidental (o que renderia grandes distinções entre os momentos de transição prévios do continente europeu, e a transição tardia dos países latino-americanos), os setores da vida social distintos da tradição europeia, e o contexto global distinto – que moldaria a transição diferentemente na América Latina.

Dessa forma, após a Primeira Guerra Mundial, uma crise dos ideais liberal e democrático haveria se instalado na região, dando espaço às correntes de pensamento antiliberais. Defendendo o progresso através da ordem, essas correntes clamariam por um Estado forte e intervencionista. Assustados pelo fantasma do comunismo, produto da Revolução Russa de 1917, se desenvolveria o receio de que as camadas mais baixas se revoltassem, criando uma preocupação com a questão social nas elites dos países latino-americanos. (CAPELATO, 2010, p. 127-128)

Naquele momento, portanto, o nacionalismo de direita teria ganhado força nos países da região, como Argentina e Brasil. Defendendo a tese que a democracia e o liberalismo teriam originado o atraso e a desordem no continente, as fórmulas antes adotadas da Europa e dos Estados Unidos não seriam mais vistas como cabíveis à realidade social da região. Segundo Capelato (2010, p. 128), teria sido assim que a integração política das massas passaria a ser encarada como necessidade, e que a extrema-direita começaria a investir na ideia de um “regime autoritário comandado por um líder forte, capaz de evitar o avanço do comunismo.”

A admiração aos regimes fascista italiano e nazista alemão também teria se fortalecido na época, porque mesmo para os governantes que eram contra suas ideologias, esses regimes seriam encarados como alternativas bem-sucedidas aos regimes liberais. Então, investindo em um líder carismático diretamente conectado às massas, promotor de legislações sociais e advogado dos conflitos sociais, essas correntes nacionalistas chegariam ao poder em países como Argentina, Brasil e México. Esses novos governos seriam prontamente chamados de populistas por muitos autores da época e posteriores. (CAPELATO, 2010, p. 128)

As ideologias de industrialização que se instaurariam, contrárias ao regime liberal, teriam como características principais o autoritarismo, o nacionalismo e alguma forma de socialismo, coletivismo ou capitalismo de Estado. De diversas maneiras, essas novas ideologias reuniriam ideologias opostas em uma só, adaptando-as. Os novos movimentos que seguiriam

essa linha seriam chamados nacionais-populares (GERMANI, 1973, p. 29), apelando então à identidade nacional em detrimento da identidade classista e dos direitos civis individuais, se apresentando como solução para o problema das instituições liberais que haviam fracassado.

Ianni (1973, p. 84) afirma que, no entanto, essas experiências nacionais difeririam entre si, devido aos aspectos singulares encontrados em cada país latino-americano. Assim, não seria possível comparar o cardenismo com o getulismo, ou o getulismo com o peronismo, já que – apesar de apresentarem certas semelhanças – estes seriam acontecimentos históricos próprios. Para Capelato (2010, p. 129), esses governos populistas teriam mudado a cultura política da região já que, apesar de serem autoritários, poderiam ser considerados democráticos, visto que se voltaram aos interesses populares. Ou seja, teriam introduzido uma forma democrática de controle social.

Discutindo o populismo no Brasil, Weffort (2003, p. 76) menciona que esse novo entendimento, que defenderia a integração política das massas teria sido, no entanto, conservadora. Isso porque a participação popular haveria sido condicionada pelo novo contexto histórico, no qual se estabeleceria a crise do Estado oligárquico¹². Até então, a ascensão política popular havia sido desencorajada. Segundo Ianni (1973, p. 106), o populismo teria sido uma força política importante, e em alguns casos decisiva, para a extinção do Estado oligárquico na América Latina. Carneiro (2009) afirma:

O fenômeno populista nas economias exportadoras da América Latina seria resultado, fundamentalmente, da presença das classes médias urbanas e burguesias industriais e comerciais nos sistemas de dominação. Estes agentes enfraqueceram o poder das oligarquias e redefiniram o papel do Estado o qual passou a intervir na economia, em resposta às crises mundiais de 29, mediante a imposição de medidas protecionistas à industrialização interna. (CARNEIRO, 2009, p. 28)

Nesse sentido, o populismo seria encarado como o movimento de massas que teria estado no centro das mudanças estruturais que levaram à crise das oligarquias latino-americanas. Por isso, Ianni (1973, p. 85) considera que o populismo latino-americano teria sido uma etapa na evolução das contradições entre a sociedade nacional e as economias dependentes. Assim, a natureza do governo populista se encontraria na busca de uma nova combinação entre as tendências do sistema social e as imposições da dependência econômica.

A ascensão das massas – compostas pelos trabalhadores urbanos – teria como vetor a direta participação dos sindicatos, que apoiariam os projetos do governo populista. Segundo Di Tella (1973, p. 47), o populismo seria um movimento político com forte apoio popular, no qual a participação de setores das classes trabalhadoras teria sido fundamental e no qual se sustentaria uma ideologia contrária ao *status quo*.

Para Ianni (1973, p. 88), o populismo naquele momento poderia ser dividido também em duas vertentes: o populismo para as classes burguesas e o populismo para as massas assalariadas. A primeira encararia o fenômeno como um meio de instrumentalização de massas, e a segunda veria o populismo como forma de atender suas reivindicações e adquirir participação política. “Em situações normais, parece existir uma harmonia total entre o populismo das massas e o populismo da elite burguesa” (IANNI, 1973, p. 140-141), mas em situações críticas, as contradições internas do movimento colidiriam e poderiam resultar na quebra de apoio do proletariado industrial para com a burguesia industrial.

Para Leis (2008, p. 35) e Cammack (2000, p. 157), “no antigo populismo, a questão da democracia política nunca foi central” pois regimes populistas como os de Vargas e Perón

teriam sido construídos à base das demandas dos direitos sociais, acima dos direitos políticos. Esta característica teria fundamentado os golpes militares que sucederam os governos populistas nesses países, vez que – mesmo que os líderes populistas tivessem ascendido dentro da própria estrutural estatal – a opinião pública democrática seria encarada como uma ameaça à sobrevivência das instituições republicanas amplamente defendidas pelo setor militar.

Cammack (2000, p. 156-157) ainda afirma que o momento populista haveria sido bem-sucedido somente onde esses governos foram instalados por um setor da elite que já fazia parte do Estado, como teria sido o caso de Cárdenas no México, Perón na Argentina e Vargas no Brasil. Por esse motivo, para o autor, eles teriam sido bem-sucedidos na criação de novas instituições e na realização de novas articulações políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas páginas, buscou-se compreender o populismo, suas definições, as suas relações com outras manifestações políticas, bem como entender o populismo na América Latina. Notou-se que o populismo é um fenômeno descolado de consensos, mas que possui alguns requisitos básicos observados por grande parte dos autores do assunto, como a dicotomia entre o ‘povo’ e a ‘elite’, a existência de um líder carismático que se diz representante desse povo, assim como o apelo a discursos sobre sociedades que perderam seus valores tradicionais devido à incapacidade das elites políticas pré-estabelecidas.

Um dos maiores pontos de divergência da teoria está, portanto, relacionado à própria definição sobre o que é o populismo. Alguns o consideram uma ideologia, outros um estilo político, ou até mesmo um processo histórico. Mesmo assim, observou-se que o fenômeno é capaz de dialogar com diversas manifestações políticas, como o socialismo, o fascismo, o internacionalismo e o neoliberalismo. Portanto, ainda que no discurso político se refira ao populismo de forma pejorativa, este não teria nenhum espectro ideológico estabelecido: se moldaria às necessidades do local e momento nos quais se manifesta.

Quanto ao populismo latino-americano, a interpretação de sua versão clássica estaria mais relacionada à noção de um processo histórico pelo qual as sociedades da região tiveram que passar, devido ao desenvolvimento tardio de suas estruturas sociais, econômicas e políticas. Essa particularidade novamente reforça o quão divergente é a literatura que trabalha o conceito e, por isso, o quão desafiante é a tarefa de definir o que é ou não populismo no século XXI.

Por isso, para entender as manifestações populistas contemporâneas, é interessante olhar para o passado e compreender de que maneira os antigos movimentos surgiram e se organizaram. De fato, o populismo tende a se difundir em sociedades que não se veem mais representadas pelas soluções políticas habituais. Talvez seja possível, assim, olhar para os processos do passado como um termômetro que ajudaria a avaliar as causas, consequências e intensidade dos fenômenos atuais.

REFERÊNCIAS

- AGOSTI, A.. Internacionalismo. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G.. Dicionário de Política. 11.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- ALBERTAZZI, D.; McDONNELL, D.. *Twenty-First Century Populism: The Spectre of Western European Democracy*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2008.

- ANSELM, M.. *Populism: An Introduction*. Nova York: Routledge, 2018.
- BANDEIRA, L. A. M. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul)*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- BAQUERO, M.. Populismo e neopopulismo na América Latina: o seu legado nos partidos e na cultura política. In: *Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 181-192, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/13421/8660>>. Acesso em: 29 mai. 2019.
- BARR, R. R.. Populists, Outsiders and Anti-Establishment Politics. In: *Party Politics*, vol. 15, n° 1, p. 29-48. Los Angeles, Londres, Nova Déli, Cingapura, Washington: SAGE Publications, 2009.
- CAMMACK, P.. The resurgence of populism in Latin America. In: *Bulletin of Latin American Research*, vol. 19, p. 149-161. Reino Unido: Elsevier Science Ltd, 2000. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1470-9856.2000.tb00096.x>>. Acesso em: 27 mai. 2019.
- CANOVAN, M.. *Populism*. Nova York, Londres: Harcourt Brace Jovanovich, 1981.
- _____. Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy. In: *Political Studies*, XLVII, p. 2-16. Oxford, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1999.
- CAPELATO, M. H.. Populismo latino-americano em discussão. Em: FERREIRA, J..(org) *O populismo e sua história: debate e crítica*. 2.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CARNEIRO, G. de O. A Nova Maioria: Determinantes do Apoio Político ao Neopopulismo na América Latina. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-19082009-143302/publico/GABRIELA_DE_OLIVEIRA_PIQUET_CARNEIRO.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2019.
- DI TELLA, T. S. Populismo y reformismo. In: GERMANI, G; DI TELLA, T.; IANNI, O.. *Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica*, p. 38-82. México: Era S.A., 1973.
- FREIDENBERG, F.. *La Tentación Populista: una vía al poder en América Latina*. Madrid: Síntesis, 2007.
- _____. *¿Qué es el populismo?* Enfoques de estudio y una nueva propuesta de definición como un estilo de liderazgo. Instituto de Iberoamérica, Universidad de Salamanca. 2012. Disponível em: <https://works.bepress.com/flavia_freidenberg/74/>. Acesso em: 3 mar. 2019.
- GERMANI, G.. Democracia representativa y clases populares. In: GERMANI, G; DI TELLA, T.; IANNI, O.. *Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica*, p. 12-37. México: Era S.A., 1973.
- HEINSFELD, A.. As Relações Brasil-Chile: O Pacto ABC de 1915. In: ANPUH . XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza: 2009. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnaional/S.25/ANPUH.S25.1436.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2019.
- HENNESSY, A.. Latin America. In: IONESCU, G.; GELLNER, E. (orgs.) *Populism: Its Meanings and National Characteristics*, p. 28-61. Letchworth, Hertfordshire: The Garden City Press Limited, 1969.
- IANNI, O.. Populismo y relaciones de classe. In: GERMANI, G; DI TELLA, T.; IANNI, O.. *Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica*, p. 12-37. México: Era S.A., 1973.
- INCISA, J.. *Populismo*. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G.. *Dicionário de Política*. 11.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- KALTWASSER, C. R.; MUDDE, C.. Exclusionary vs. Inclusionary Populism: Comparing Contemporary Europe and Latin America. In: *Government and Opposition*, vol. 48. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/gov.2012.11>>. Acesso em: 3 mar. 2019.
- _____. *Populism: A Very Short Introduction*. New York: Oxford, 2017.
- LACLAU, E.. *On Populist Reason*.. Londres, Nova York: Verso, 2005.
- LEIS, H.. Populismo e Democracia Liberal na América do Sul. In: Dossiê Cultura Política e Democracia, *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 25-47, jul.-dez. 2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/5958>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

NERVO, A. A.. O (neo) populismo como estratégia de comunicação política. In: *Teoria & Pesquisa*, 2014, vol. 23, p. 194-218. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3087>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

SCHEDLER, A.. Anti-Political-Establishment Parties. In: *Party Politics*, vol. 2, n° 3, p. 291-312. Londres, Thousand Oaks, Nova Déli: SAGE Publications, 1996.

SERBIN, A.. Regionalismo y soberanía nacional en América Latina: lecciones aprendidas y nuevos desafíos. In: *Anuario CEIPAZ*, n° 4, p. 137-178. 2011.

_____. OEA y UNASUR: Seguridad regional y sociedad civil en América Latina. In: *Documentos CRIES*, n° 14. Buenos Aires: 2010.

SKONIECZNY, A.. Emotions and Political Narratives: Populism, Trump and Trade. In: *Politics and Governance*, vol. 6, n. 4, p. 62-72, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.17645/pag.v6i4.1574>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

WEFFORT, F.. *O populismo na política brasileira*. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WILES, P.. A Syndrome, Not A Doctrine. In: IONESCU, G.; GELLNER, E. (orgs). *Populism: Its Meanings and National Characteristics*, p. 166-179, Letchworth, Hertfordshire: The Garden City Press Limited, 1969.

WORSLEY, P. The Concept of Populism. In: IONESCU, G.; GELLNER, E. (orgs). *Populism: Its Meanings and National Characteristics*, p. 212-250, Letchworth, Hertfordshire: The Garden City Press Limited, 1969.

BIBLIOGRAFIA

BEIGEL, F.. Dependency Analysis: The Creation of New Social Theory in Latin America. In: PATEL, S.. *The ISA Handbook of Diverse Sociological Traditions*. Sage: Londres, 2010.

ABSTRACT

This paper seeks to comprehend the theoretical debate that surrounds populism as a historical and political concept, sustaining that populism has been negatively viewed and interpreted. The current resurgence of populist practice has expanded the academic debate, bringing out the importance of revisiting the existing dilemmas and conceptions. This aims to analyze the definitions of populism and the different intellectual currents surrounding it, and to understand the Latin American contribution to the topic. A bibliographical research was performed, and it has concluded that the initial hypothesis cannot be corroborated, once the existing literature does not view populism as an essentially negative phenomenon. In fact, populism - far from reaching consensus - would correspond to a malleable political design, with nuances that will vary according to time and place.

KEYWORDS

Populism. Politics. Latin America.

NOTAS

- 1 Versão original: "(...)populists play on the idea of communities which have lost what they once had and will lose everything if they do not find their voice now and make it heard ¶ rather than remaining as the silent, oppressed majority".
- 2 Versão original: "As such, a discourse of populism resonates because it directs feelings of lack and shame towards blame of others—typically elites but also scapegoats such as immigrants, refugees and economically weak groups like the long-term unemployed—and depicts them as taking advantage of others (...) and enjoying it".
- 3 Versão original: "As we can see, there is in these dichotomies, as in those which constitute any politico-ideological frontier, a simplification of the political space (all social singularities tend to group themselves around one or the other of the poles of the dichotomy), and the terms designating both poles have necessarily to be imprecise

- (otherwise they could not cover all the particularities that they are supposed to regroup). If things are so, however, is not this logic of simplification, and of making some terms imprecise, the very condition of political action?”
- 4 O movimento Narodnichestvo nasceu na Rússia no final do século XIX, e é considerado a primeira manifestação do populismo. O fenômeno foi o que deu origem ao termo populismo: a palavra ‘populista’ é tradução do russo ‘narodnik’, que vem do radical ‘narod’, palavra russa para ‘povo’. O movimento teria nascido como reação à exploração e miséria dos camponeses na Rússia feudal czarista, e teria caráter democrático e socialista. O movimento haveria sido orquestrado por parte da elite intelectual russa, mas não teria sido capaz de obter o apoio da população do campo. No entanto, teria influenciado a doutrina dos movimentos revolucionários das seguintes décadas, como os bolcheviques. Já nessa primeira experiência, que tanto diferiria das experiências do século XX, se notaria a dicotomia do povo contra a elite, sendo o apelo ao povo (camponeses excluídos do sistema pelos comerciantes e senhores feudais) já muito forte, também remetendo a ideias de conservação dos valores tradicionais, em oposição às novas tecnologias e ideais disseminados pela Europa. Nota-se que, nesse caso, as noções de soberania popular reverberariam em um contexto autocrático, e não democrático, como a partir do século XX. (ANSELM, 2018, p. 51-54; KALTWASSER, MUDDE, 2017, p. 32-33)
 - 5 Versão original: “It is sometimes asked whether populism is characteristically an ideology or a movement. In the light of our evidence, the answer is that it depends upon which brand of populism one is talking about” .
 - 6 Versão original: “Populism opposes social and economic inequality produced by the institutions it does not like. But it accepts the traditional inequalities due to the way of life of its own constituency. Complete equality among peasants is not one of its aims. However, populist intellectuals are often motivated by sympathy for the very poor; e.g. the Narodniki [...]” .
 - 7 Versão original: “En suma, mientras que en el ámbito sudamericano en general persiste una visión positiva de un rol equilibrado entre las funciones del Estado y del mercado, con una mayor presencia y capacidad de incidencia del primero, particularmente en relación con las demandas sociales, sin cuestionar la dinámica capitalista global, en el caso del ALBA, el Estado asume un papel protagónico como rector tanto del mercado como de la sociedad, en función de un desarrollo endógeno fuertemente crítico de la globalización, entendida como neoliberal, y de una reivindicación del socialismo”.
 - 8 O Pacto ABC, como ficou conhecido o Pacto de Não Agressão, Consulta e Arbitragem, foi um acordo assinado por Argentina, Brasil e Chile, que tinha como propósito a cooperação entre os três países para “enfrentar solidariamente as questões internacionais que envolvessem os três países”.(BANDEIRA, 2014, p. 111) O tratado estava sendo negociado pelo Barão do Rio Branco e representantes chilenos e argentinos, mas após o falecimento do Barão em 1912, as negociações continuaram sob a supervisão do chanceler brasileiro Lauro Müller até a assinatura oficial do acordo em 1915. (HEINSFELD, 2009, p. 8)
 - 9 Declaração via despacho da Embaixada britânica ao Foreign Office, confidencial, Buenos Aires, 28/7/1950, PRO-FO 371 81107 XC/A 034393 (apud BANDEIRA, 2014, p. 253).
 - 10 Versão original: “From an economic and political point of view, the Left Turn parties emerged and organized towards the end of the 1980s and during the 1990s, as a political reaction to the social difficulties created by the neoliberal policies implemented in those years by conservative governments. Privatizations, economic crises and drastic cuts in the welfare state were all factors that contributed to a reorganization of social forces, all of whom shared the political aim of posing an alternative to liberalism”.
 - 11 Versão original: “When too great a gap opens up between haloed democracy and the grubby business of politics, populists tend to move on to the vacant territory (...)”
 - 12 Entende-se o Estado oligárquico como aquele que expressa os interesses de uma poderosa oligarquia regional através de uma conjuntura político-administrativa. Esse Estado poderia ser formado também por uma combinação de oligarquias regionais distintas, mas de forças semelhantes. O caudilhismo e o coronelismo seriam manifestações concretas do poder político das oligarquias locais e/ou regionais. (IANNI, 1973, p. 91)